

HABEAS CORPUS Nº 441.098 - PI (2018/0060447-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : GEOVANI PORTELA RODRIGUES BEZERRA E OUTRO
ADVOGADOS : GLEUTON ARAÚJO PORTELA - CE011777
GEOVANI PORTELA RODRIGUES BEZERRA - PI008899
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : JOAQUIM DE SOUSA LEAL (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **JOAQUIM DE SOUSA LEAL**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (n. 0000564- 53.2016.8.18.0062), cuja ementa registra (e-STJ, fls. 47-48):

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRETENSÃO DE NULIDADE DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. VIA INADEQUADA. CIRCUNSTÂNCIAS QUALIFICADORAS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ALEGAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. HABEAS CORPOS CONHECIDO E DENEGADO.

1 - A ausência de elementos suficientes para a pronúncia, bem como alegações de nulidade, de error in procedendo ou error in judicando, de procedimento inadequado, em regra, são matérias que envolvem ampla cognição do arcabouço fático- probatório colacionado aos autos da ação penal de origem. Neste sentido, a princípio, a apreciação de tais matérias não seria possível na via estreita do habeas corpus, tendo em vista as limitações impostas pelo rito especial que lhe é atribuído, somado ao fato de que são matérias que devem ser apreciadas pelo magistrado natural do caso, sob pena de supressão de instância, e impugnadas pelos instrumentos processuais próprios, se for o caso.

2 - Ademais, o Habeas Corpus também não é o instrumento adequado para a apreciação da presença das circunstâncias do delito, incluso qualificadoras. Primeiro, porque a atual jurisprudência não mais admite sua utilização quando o ato vergastado for passível de impugnação pela via recursal específica para tal fim, ressalvados os casos excepcionais em que se revela a flagrante ilegalidade do ato, sendo possível a concessão da ordem de ofício. Segundo, porque a consideração de tais circunstâncias - notadamente o motivo torpe indicado - leva em consideração não apenas critérios objetivos, mas também valorações de ordem subjetiva, inserindo-se, portanto, no âmbito da discricionariedade do juízo de origem, que admite ou não sua inclusão, para fins de apreciação pelo Tribunal Popular.

3 - A decisão de pronúncia consiste em mero juízo de admissibilidade, pelo qual o juiz admite ou rejeita a possibilidade de apreciação da imputação, observando o princípio da correlação, sem penetrar no exame do mérito da acusação. A pronúncia é pautada em um juízo de admissibilidade meramente superficial, qual seja, de viabilidade processual da imputação. Vale dizer, a pronúncia não

manifesta procedência da pretensão punitiva, mas apenas viabiliza a competência do Tribunal do Júri para julgar o réu culpado ou inocente, ou mesmo submetê-lo a uma outra ordem de imputação.

4 - No caso dos autos, o magistrado fez expressa referência ao laudo de exame cadavérico, indicando a causa da morte da vítima. Já no que se refere à autoria, é de se dizer que a pronúncia não exige prova plena de ter o acusado praticado o delito, bastando haver "indícios suficientes de autoria ou de participação", vez que, nos crimes dolosos contra a vida, o juízo de certeza esta autoria é de competência exclusiva do Tribunal Popular do Júri.

5 - Na decisão de pronúncia, é vedado ao magistrado incursionar sobre o mérito da questão, se limitando a indicar o dispositivo legal em que julga se encontrar incurso o acusado, especificando as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena (majorantes) aparentemente existentes. No caso, o magistrado indicou expressamente a possível existência das duas circunstâncias qualificadoras narradas na denúncia, de motivo fútil e de emprego de meio cruel, permitindo ao paciente a sua plena ciência, para fins de assegurar o contraditório e a plena defesa.

6 - Habeas corpus conhecido e denegado, acordes com o parecer ministerial.

Nesta Corte Superior, a defesa alega nulidade na sentença de pronúncia, tendo em vista a ausência de fundamentação da referida decisão.

Sustenta ser superficial a decisão de pronúncia.

Aduz que as qualificadoras carecem de motivação adequada.

Pondera haver cerceamento de defesa, pois existe falta de exposição adequada dos motivos jurídicos da decisão de pronúncia.

Afirma a ocorrência de excesso de prazo, uma vez que o paciente se encontra recluso em estabelecimento prisional desde 11/05/2017.

Defende que não deu causa a demora no julgamento do feito.

Pugna pela flexibilização da orientação sumular 21 do STJ.

Requer a concessão da ordem, a fim de que seja declarada nula a sentença de pronúncia e relaxada a custódia cautelar do paciente.

À fl. 61 (e-STJ), a liminar foi indeferida.

Informações às fls. 67-81 e 84-88.

A Subprocuradora-Geral da República, Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini, manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ, fls. 90-92).

É o relatório.

O pedido está prejudicado.

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, observa-se que, no âmbito do recurso em sentido estrito n. 2017.0001.009523-0, a Corte do Estado do Piauí reconheceu que a decisão de pronúncia não fundamentou adequadamente a presença das qualificadoras e, por conseguinte, anulou a referida decisão neste ponto, determinando que o magistrado de primeiro grau proceda nova justificação.

No que diz respeito a pretensão de revogação da prisão cautelar por excesso de prazo, o inconformismo também se encontra prejudicado. Isso porque o Tribunal local, no âmbito do supramencionado recurso em sentido estrito, reconheceu a ocorrência de excesso de prazo e determinou a expedição de Alvará de Soltura mediante

a imposição de medidas alternativas à prisão.

Diante do exposto, ante a perda superveniente do objeto, julgo o presente *habeas corpus* prejudicado.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, baixem-se os autos à origem.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

